

*Ref. da noticia* 1147

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
Angola	21-04-2006	AngolaPress	<a href="http://www.angolapress-angop.ao">www.angolapress-angop.ao</a>

*Título*

## **Economía angolana vai crecer de maneira robusta em 2006**

*Texto*

A economía angolana vai crecer de maneira mais robusta no ano de 2006, não apenas na África subsariana, mas se calhar em todo mundo, disse Sexta-feira, em Luanda, o ministro adjunto do primeiro-ministro, Aguiinaldo Jaime.

Em declarações a Rádio Nacional de Angola (RNA), reagindo ao relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI), que aponta Angola como país da África subsariana que vai registar maior taxa de crescimento em 2006, afirmou que essa previsão abre boas perspectivas para a vida dos angolanos.

"E embora não tenhamos ainda um número que podemos considerar definitivo em termos de previsão de taxa de crescimento, o que é seguro, a economia angolana continuará a crescer muito fortemente", referiu o governante.

Aguiinaldo Jaime espera ainda que, em função do relatório do FMI, a comunidade internacional tenha uma outra postura em relação a Angola, principalmente na concessão de fundos bonificados, destinados a reconstrução nacional.

Segundo disse, no passado sempre que o Governo angolano abordasse a questão da eventual realização de uma conferência de doadores, a resposta invariável com que era confrontado por parte de diversas instituições e governos, é que era preciso primeiro acertar um acordo formal com o Fundo Monetário Internacional.

Para o ministro adjunto do primeiro-ministro, o Governo angolano agora espera que a comunidade internacional seja um pouco mais generosa para com Angola e que não faça mais depender futuras ajudas em termos de disponibilização de recursos bonificados de um qualquer acordo formal com o fundo.

A respeito, adiantou, ele próprio (o FMI) vem dizer que a economia angolana está no bom caminho, as reformas económicas são credíveis, estão no caminho certo e a dar o resultado esperado.

**Ref. da noticia** 1162

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
Angola	25-04-2006	Lusa Macau	<a href="http://www.lusa.pt">www.lusa.pt</a>

**Título****Angola foi maior fornecedor de petróleo à China no 1º trimestre****Texto**

Angola foi o maior fornecedor de petróleo à China no primeiro trimestre do ano, suplantando o maior produtor mundial, a Arábia Saudita, anunciou hoje a administração alfandegária chinesa.

A ex-colónia portuguesa, que já é o segundo maior produtor da África subsaariana, exportou 6,28 milhões de toneladas métricas de crude para a China no primeiro trimestre, 500 mil barris por dia, mais 72 por cento do que em igual período do ano passado.

A Arábia Saudita exportou mais 18 por cento para o segundo maior consumidor mundial de energia, pouco acima de seis milhões de toneladas.

Nos três primeiros meses deste ano, as importações chinesas de crude ficaram 25 por cento acima do registado no período homólogo.

Entre os cinco maiores fornecedores contaram-se ainda Irão, Rússia e Omã, com exportações entre 4,57 milhões de toneladas métricas e 3,26 milhões.

No período, o Casaquistão entrou no grupo dos dez maiores fornecedores chineses, graças à inauguração de um oleoduto entre os dois países.

**Ref. da noticia** 1148

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
Brasil	24-04-2006	Agência Brasil	<a href="http://www.radiobras.gov.br/">http://www.radiobras.gov.br/</a>

**Título****Movimentos sociais anunciam lançamento de programa alternativo de governo****Texto**

Entidades reunidas na Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a União Nacional dos Estudantes (UNE), afirmaram neste domingo (23) que, em vez de apoiar um candidato nas eleições presidenciais de outubro, lançarão um programa de governo alternativo apresentando à sociedade o ponto de vista delas sobre as propostas necessárias ao país.

A decisão foi divulgada durante a Plenária Nacional dos Movimentos Sociais, evento da CMS integrante do 2º Fórum Social Brasileiro, que será encerrado hoje.

Segundo Gilson Reis, da direção nacional da CUT, a idéia é realizar uma grande marcha dos movimentos a Brasília em junho, para divulgar o documento. E marcar a oposição à atual política econômica, anunciada publicamente, segundo os movimentos, na Carta ao Povo Brasileiro, divulgada pelo então candidato Luiz Inácio Lula da Silva em julho de 2002. "Essa carta, na verdade, não era destinada ao povo brasileiro, mas ao sistema financeiro", diz Gilson Reis.

João Paulo Rodrigues, da coordenação nacional do MST, explica que "esse programa não é para fazer disputa eleitoral – o objetivo central das ações dos movimentos sociais é pensar ações de longo prazo". E acrescenta: "Nós queremos que os candidatos tenham claro o que nós pensamos sobre temas como a política econômica e a educação."

A "nova carta" está em debate na plenária dos movimentos sociais, hoje, e uma versão preliminar deverá ser apresentada na terça-feira (25) em São Paulo, segundo Gilson Reis. A Agência Brasil teve acesso ao documento, que se divide em tópicos como "soberania nacional", "mais democracia" e "mais direitos".

Entre as mudanças defendidas na política econômica estão o estabelecimento de metas de crescimento (em contraponto às metas de inflação) e a realização de auditorias nas dívidas interna e externa.

Além de avanços nos direitos sociais, também são colocados como pontos centrais da carta a realização de uma reforma política, a ampliação da democracia direta e a democratização dos meios de comunicação. No campo da política externa, está a oposição à ampliação do livre comércio, em particular o veto total à criação da Área de Livre Comércio das Américas. A carta ainda pede o aprofundamento das ações de solidariedade com o Haiti.

Segundo Antonio Carlos Spis, da direção nacional da CUT, individualmente as entidades que divulgaram o documento poderão declarar apoio a um ou outro candidato às eleições presidenciais. Entretanto, o conjunto dos movimentos sociais é que vai sustentar a plataforma. "A CUT e os petroleiros gostariam de entregar esse documento ao presidente Lula. Mas, no conjunto das entidades, não existe consenso sobre isso", acrescentou.

**Ref. da noticia** 1159

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
Brasil	25-04-2006	Folha de São Paulo	<a href="http://www.folha.uol.com.br">www.folha.uol.com.br</a>

**Título****Movimentos sociais vão fazer mobilizações pró-Lula****Texto**

A CUT (Central Única dos Trabalhadores), a UNE (União Nacional dos Estudantes) e outros movimentos sociais devem promover nos próximos meses uma grande manifestação de "apoio crítico" ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva em todo o país. Esses movimentos vão aproveitar o calendário eleitoral para criticar a direita, que seria representada pelo candidato tucano Geraldo Alckmin.

"Serão manifestações contra a manobra da direita e da mídia para desestabilizar o governo", afirma o secretário de Comunicação da CUT, Antonio Carlos Spis.

"Queremos pressionar o governo para que ele modifique as prioridades do orçamento para políticas sociais", acrescenta.

Hoje, representantes desses e outros movimentos sociais se reuniram para definir um calendário de mobilizações e consolidar um conjunto de reivindicações ao governo.

O chamado "projeto Brasil" deve ser apresentado nas comemorações do Dia do Trabalho, festejado em 1º de Maio, e depois na segunda quinzena de junho e ao longo do segundo semestre do ano.

O projeto abrange reivindicações tão amplas como o "fortalecimento do Estado" e a "defesa da soberania nacional" quanto pontos mais específicos como a redução da taxa básica de juros e do superávit primário e a auditoria das dívidas interna e externa e a reestatização da Companhia Vale do Rio Doce.

"A CMS [Coordenação de Movimentos Sociais] reúne mais de 30 entidades. Algumas delas já manifestaram apoio imediato ao presidente Lula enquanto outras preferem discutir isso depois de junho", diz Spis.

A reunião contou com representantes do PT, do PC do B e PSB, respectivamente, a legenda a qual o presidente Lula é filiado e as legendas de esquerda que compõem a base aliada do Planalto.

**Ref. da noticia****1179**

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
Guiné Bissau	27-04-2006	Notícias Lusófonas	<a href="http://www.noticiaslusofonas.com">www.noticiaslusofonas.com</a>

**Título****Primeiro-ministro guineense pede apoio para estabilizar o país****Texto**

O primeiro-ministro guineense pediu hoje à Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) apoio para ajudar a Guiné-Bissau no processo de estabilização do país, lembrando que está em curso um outro de reconciliação nacional.

O apelo de Aristides Gomes foi feito na sessão de abertura da VIII Reunião dos Chefes do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) da CPLP, que termina sexta-feira, com a aprovação de uma declaração final, na presença do presidente guineense, João Bernardo "Nino" Vieira.

"Todas as condições estão reunidas para que a CPLP, no fim da reunião, possa contribuir para o processo de estabilidade e reconciliação nacional na Guiné-Bissau, nomeadamente na reestruturação das Forças Armadas", sublinhou Aristides Gomes.

Para o chefe do executivo guineense, ao apoiar os esforços da Guiné-Bissau nesse sentido, a CPLP estaria a dar um "sinal" para a restante comunidade internacional lhe seguir o exemplo, sobretudo no que diz respeito a uma intensificação da cooperação e dos consequentes apoios.

Aristides Gomes salientou que a desvantagem de uma descontinuidade geográfica dos membros da CPLP permite criar a vantagem das ligações a outras organizações sub-regionais nos quatro cantos do mundo, sublinhando, contudo, que, para tal, a intervenção da organização se torna "essencial".

O primeiro-ministro guineense deu como exemplo da reconciliação os esforços conjuntos nos recentes combates que o exército guineense travou ao longo da fronteira com o Senegal, de onde expulsou uma ala do Movimento das Forças Democráticas de Casamança (MFDC), liderada pelo auto-proclamado líder independentista Salif Sadio.

"A intervenção do exército guineense foi também uma intervenção da CPLP, pois a cooperação entre as duas entidades no processo de securização das fronteiras foi extremamente importante", frisou.

Presentes na reunião estão os CEMGFA de sete dos oito Estados que integram a CPLP, entre eles o de Portugal, Almirante José Mendes Cabeçadas, que, na sua breve intervenção, passou o testemunho da presidência da reunião ao seu homólogo guineense, major-general Tagmé Na Waie.

No encontro, preparatório da cimeira dos Ministros da Defesa da CPLP, que decorrerá dentro de dois meses em Cabo Verde, não está presente o CEMGFA de Timor-Leste, general Taur Matan Ruak, cujo convite não obteve resposta, segundo fonte da organização.

A reunião, destinada também a analisar os projectos de cooperação dos "Oito", conta com a participação dos CEMGFA de Angola, general Agostinho Fernandes Nelumba "Sanjar", Brasil, general Rómulo Bini Pereira, Cabo Verde, coronel Antero Matos, Moçambique, general Lagos Lidimo, e São Tomé e Príncipe, tenente-coronel Idalécio Pachibe.

A seguir à sessão da abertura, os participantes deram início a várias sessões de trabalho, que se prolongarão ao longo do dia à porta fechada, cujas conclusões serão divulgadas sexta-feira de manhã.

No mesmo dia, também de manhã, os CEMGFA da CPLP serão recebidos em audiências separadas por "Nino" Vieira e Aristides Gomes e pelo ministro da Defesa, Hélder Proença, estando previstas ainda uma visita ao EMGFA e a deposição de uma coroa de flores no mausoléu Amílcar Cabral.

**Ref. da noticia** 1180

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
Moçambique	27-04-2006	Notícias Lusófonas	<a href="http://www.noticiaslusofonas.com">www.noticiaslusofonas.com</a>

**Título****Inhambane quer cooperar com escola de Vila Verde, Portugal****Texto**

O Governo Provincial de Inhambane, e m Moçambique, quer estabelecer acordos de cooperação com a Escola Profissional d e Vila Verde (Braga) ao nível da formação/qualificação profissional, disse hoje na cidade minhota uma responsável moçambicana.

"A nossa área preferencial é a do Turismo, onde registamos lacunas em t ermos de recepção, atendimento e prestação de serviços, mas temos interesse em f ormar a nossa gente noutras áreas", referiu secretária provincial de Inhambane, Raquel Jacinto, aos jornalistas, no final de uma visita à Escola de Vila Verde.

Raquel Jacinto lidera uma visita do Governo de Inhambane ao Norte de Po rtugal - que se prolonga até 02 de Maio -, a convite dos municípios de Vila Verd e, Terras de Bouro e Póvoa de Lanhoso.

A missão, que envolve, ainda, alguns delegados provinciais, incidiu, em

Vila Verde, sobre a formação/qualificação profissional, com uma deslocação à Es cola Profissional Amar Terra-Verde (EPATV), dirigida pelo presidente da Câmara M unicipal, José Manuel Fernandes. Na ocasião, os moçambicanos - cuja visita cont a com a colaboração do CAMPO (Comité de Amizade de Moçambique/Portugal) - reunir am-se com os vereadores da Educação e Desenvolvimento - Rui Silva e António Vile la -, e com a Direcção Pedagógica.

No final, Raquel Jacinto reconheceu que a formação profissional é "prio ritária" para Moçambique no período "pós-guerra civil": "Perdemos muito tempo e temos lacunas ao nível da qualificação", observou.

Na resposta, a Escola mostrou "toda a abertura" para cooperar, tendo fe ito uma apresentação dos cursos que ministra.

Para materializar a cooperação, discutiram-se três possibilidades: a at ribuição de bolsas de estudo a formandos moçambicanos, a contratação de formadores da escola e/ou a formação de professores/formadores moçambicanos.

Raquel Jacinto frisou que, face aos poucos recursos financeiros de Moça mbique, "as partes procurarão Fundos de Financiamento existentes na União Europe ia e/ou no Fundo Monetário Internacional(FMI)".

Na região, a Delegação fará outros contactos com empresas e organismos de desenvolvimento regional: a Missão quis fazer contactos na área dos sistemas de produção agro-industrial e operacionalidade rural.

Manifestou, ainda, interesse em acções de recolha e tratamento de resíd uos sólidos, e de gestão ambiental. Em simultâneo, contactou com as dinâmicas lo cais nas obras públicas, habitação, urbanismo e urbanização.

"Esta aproximação a Moçambique retoma relações fortes e seculares entre

os dois povos, apenas interrompidas por diferenças que o tempo apagará da memór ia", venceu o presidente da Câmara, José Manuel Fernandes.

**Ref. da noticia** 1172

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
Portugal	27-04-2006	Diário de Notícias	<a href="http://dn.sapo.pt">dn.sapo.pt</a>

**Título****Mendes a favor das ligações de comboio de alta velocidade****Texto**

Marques Mendes entregou ontem a moção com que se recandidata à liderança do PSD, mas agora em eleições directas. O texto, intitulado "Credibilidade para vencer", além do balanço de um ano de liderança e da crítica ao Governo, aposta sobretudo em propostas concretas para o País. Mendes, à saída da sede, afirmou aliás que esta é uma moção para "vencer as eleições legislativas de 2009".

O documento surpreende em vários pontos pela abertura que mostra, senão às propostas, pelo menos à agenda de prioridades que o Governo tem colocado em cima da mesa. Mendes defende, sem margem para dúvidas, no capítulo dedicado à coesão territorial, "alargar o IP4, terminar o IP3, o IP5 e concretizar as ligações ferroviárias rápidas entre a Galiza e o Algarve e entre Lisboa e Madrid, não esquecendo a componente de mercadorias; ou seja, terminar os principais corredores multimodais Norte/Sul e Este/Oeste", isto é, o TGV. Uma evolução, já que o PSD tem dito que, tal como a OTA, não é uma prioridade imediata.

No mesmo ponto do seu programa, Mendes defende uma Política de Coesão Nacional, que equilibre as diversas regiões do País e promova um "Portugal solidário". Em concreto, através de discriminação positiva e de incentivos fiscais e financeiros; de um Programa de Relocalização de serviços públicos que se propõe apresentar; e do "primado da descentralização" - sem se referir, contudo, à regionalização. Uma agenda aparentemente em sintonia com as "profundas disparidades na leitura do território" lembradas por Cavaco Silva no discurso no 25 de Abril. Mendes adianta ainda propostas para uma nova política de cidades.

Após uma avaliação muito negativa do primeiro ano de mandato do Executivo de José Sócrates e do Estado da Economia - cita mesmo o relatório do Banco de Portugal - o líder do PSD defende ser necessário "diminuir o tamanho do Estado, redefinir as suas funções" e transferir para a sociedade algumas delas. Na linha, aliás, do que ontem declarava, em entrevista, ao Diário Económico, defendendo rescisões amigáveis na função pública e a flexibilização da legislação laboral.

Na Saúde, Mendes quer "fazer funcionar o conceito de co-responsabilização da sociedade no acesso do cidadão aos cuidados de saúde, e chamar "cada vez mais ao sistema a iniciativa social e o sector privado". O candidato a líder fala em "direitos e deveres" dos utentes, defendendo em seguida a prevenção nos "comportamentos aditivos", como tabaco, cuja legislação o Executivo se prepara para alterar. E defende ainda que a criação de novos estabelecimentos de Saúde, assim como a redefinição do actual mapa, "deve obedecer a critérios de natureza técnica e de demografia" - justificações que o Governo usou, por exemplo, para encerrar algumas maternidades. Na segurança social defende como "inevitável" a introdução de mecanismos de capitalização.

Marques Mendes volta ainda a defender as propostas do pacto para a área da Justiça que já propôs, considerando que esta é uma questão essencial. E, no sistema político, quer um Código de Ética e conduta para deputados e Governantes.

Ontem, último dia do prazo para a entrega de moções e candidaturas, José Alberto Pereira Coelho, militante de Coimbra, formalizou a sua candidatura, tornando-se assim no único adversário de Marques Mendes.

**Ref. da noticia** 1181

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
Portugal	28-04-2006	Jornal de Notícias	<a href="http://jn.sapo.pt">jn.sapo.pt</a>

**Título****Língua Portuguesa excluída****Texto**

O Parlamento Europeo aprovou ontem, com os votos contra dos deputados portugueses, uma iniciativa da Comissão Europeia que visa a criação de um Indicador europeu de Competência Linguística que exclui a língua portuguesa.

Este novo instrumento destina-se a avaliar as aptidões linguísticas dos estudantes europeus apenas nas cinco línguas mais ensinadas na União - inglês, francês, alemão, castelhano e italiano. De fora, fica o português, sexta língua mundial e terceira língua europeia mais falada.

O conceito que está na base do Indicador de Competência Linguística aposta em assegurar que cada cidadão a trabalhar ou a estudar na Europa domine, no futuro, pelo menos dois idiomas estrangeiros.

Inicialmente, a ideia não partiu da Comissão mas sim do Conselho Europeu de Barcelona, de Março de 2002, no qual ficou assente que a aprendizagem das línguas deveria ser encorajada e utilizada para promover a mobilidade.

Perante a resistência dos portugueses, o relator do PE para a questão do multilinguismo, Manolis Mavromatis, procurou dar garantias de que, após esta fase inicial, será possível alarga o leque de línguas abrangidas. E insistiu em que as línguas minoritárias serão objecto de um outro relatório sobre como assegurar o multilinguismo.

De acordo com recentes sondagens sobre o conhecimento de línguas estrangeiras, 38% dos europeus falam inglês, 14% alemão, outros 14 % falam francês, 6% castelhano e 3% italiano.

Após a votação, dois parlamentares portugueses explicaram formalmente os seus votos "contra". Luís Queiró, do CDS-PP, considerou inaceitável que a UE privilegie certas línguas em detrimento de outras, particularmente, o português, falado por 200 milhões de pessoas. E considera "preocupante" que o futuro Indicador revele "uma Europa mais virada para si mesmo e menos para o mundo". A comunista Ilda Figueiredo alertou para o risco de se criar "um directório que selecciona as línguas a utilizar".

**Ref. da noticia** 1153

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
São Tomé e Príncipe	24-04-2006	Notícias Lusófonas	<a href="http://www.noticiaslusofonas.com">www.noticiaslusofonas.com</a>

**Título****Novo Primeiro-Ministro promete mudar o país rumo ao progresso****Texto**

O novo primeiro-ministro de São Tomé e Príncipe, Tomé Vera Cruz, prometeu cumprir as promessas da campanha eleitoral de modo a "mudar o país" rumo ao desenvolvimento sócio-económico desejável.

Tomé Vera Cruz falava na cerimónia em que tomou posse, juntamente com todo o executivo, presidida pelo chefe de Estado são-tomense, Fradique de Menezes, na presença do governo cessante da ex- primeira-ministra Maria do Carmo Silveira.

No acto foi notória a ausência dos líderes máximos dos partidos da oposição parlamentar, designadamente Guilherme Posser da Costa, do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe - Partido Social Democrata (MLSTP-PSD), e Patrice Trovoada, da Acção Democrática Independente, que se fizeram representar por figuras secundárias, bem como da Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Alice de Carvalho.

Sustentado pela coligação Movimento Democrático Força da Mudança - Partido da Convergência Democrática (MDFM-PCD), vencedora das legislativas de 26 de Março, com maioria simples, o governo de Tomé Vera Cruz foi constituído quinta-feira, por decreto presidencial, sem qualquer acordo parlamentar que garanta a sua sustentabilidade governativa.

Tendo apelado ao envolvimento de todos os são-tomenses, sem discriminação partidária, religiosa ou de classe social, na política de desenvolvimento sócio-económico do país, Vera Cruz sublinhou que "é tempo de mudar", como se dizia durante a campanha e no programa eleitoral da coligação.

Além de ter defendido uma mudança sem excluir ninguém, o novo primeiro-ministro são-tomense desejou "êxitos na vida" aos membros do governo cessante e garantiu que o novo executivo pretende ser "de todos os são-tomenses e para todos os são-tomenses".

Entre as acções essenciais a desenvolver pelo novo executivo, Tomé Vera Cruz destacou a reforma do Estado, a consolidação da democracia, o crescimento económico, solidariedade, redução da pobreza e a inovação tecnológica.

"Com tais objectivos estratégicos, o governo preconiza essencialmente, um aumento sustentado do rendimento e da qualidade de vida dos são-tomenses", sublinhou.

Tomé Vera Cruz disse que o governo da coligação MDFM/PCD pautará a sua acção governativa em princípios "sagrados", citando nomeadamente um poder judicial "forte", respeito pela dignidade humana, democracia e Estado de direito, comunicação social como pilar da democracia e equidade na distribuição da riqueza.

Além de prometer "transparência e honestidade" nas acções governativas, Vera Cruz prometeu adoptar uma política virada para as comunidades são-tomenses no estrangeiro, levando-as a depositar confiança no país e contribuir para o processo de desenvolvimento.

No âmbito da política externa e cooperação, o primeiro-ministro defendeu o reforço de relações com os Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), numa perspectiva de alargar novas áreas de intervenção.

No quadro africano, disse que as acções deverão orientar-se para a manutenção de um "clima de respeito mútuo e na preservação de um bom relacionamento com países vizinhos e amigos".

O governo de Tomé Vera Cruz tomou posse três dias depois do Tribunal Constitucional ter proclamado a

vitória da coligación MDFM-PCD nas últimas legislativas, ao obter 23 dos 55 lugares do parlamento de São Tomé e Príncipe.

O segundo partido mais votado foi o MLSTP-PSD, que estaba no poder e conquistou 20 deputados, seguido da ADI, com 11 Lugares e o Movimento Novo Rumo com uma única representación parlamentar.

O XI goberno constitucional hoxe empossado tem uma vice- primeira-ministra, Maria Tébus, e 12 ministérios. Tomé Vera Cruz e Maria Tébus acumulan tamén as pastas da Comunicación Social e Integración Regional, e do Plano e Finanzas, respectivamente.

Das restantes pastas, três foram atribuídas a mulleres: Cristina Dias (Economía), Maria da Costa Carvalho (Trabalho, Solidariedade, Mulher e Família) e Maria de Fátima Leite (Educação, Cultura, Juventude e Desporto).

Do anterior executivo transitou Ýscar de Sousa, figura próxima do presidente da República, que mantém a pasta da Defensa e Ordem Interna. O goberno incluí exclusivamente figuras dos dous partidos da coligación, MDFM ou PCD.

**Ref. da noticia** 1154

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
Timor Leste	23-04-2006	Notícias Lusófonas	<a href="http://www.noticiaslusofonas.com">www.noticiaslusofonas.com</a>

**Título****Crise militar volta a sair à rua com manifestação de soldados****Texto**

As centenas de soldados que em Fevereiro abandonaram as respectivas unidades em protesto contra alegados actos discriminatórios pelos seus comandantes, vão manifestar-se a partir de segunda-feira em Díli, durante quatro dias, para obter resposta às suas reivindicações.

Na manifestação prevê-se ainda a presença dos familiares dos cerca de 600 soldados e de representantes dos 10 distritos mais a ocidente do país.

No final de Março, rumores sobre a possível realização de uma manifestação semelhante provocaram o êxodo de parte da população da capital para as montanhas que rodeiam Díli, o que levou ao aproveitamento da situação por grupos de marginais.

O tenente Gastão Salsinha, porta-voz do grupo dos cerca de 600 soldados - que representam mais de 40 por cento dos efectivos das Falintil-Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL) -, disse sábado que espera reunir pelo menos 5.000 pessoas.

Em causa estão os alegados actos discriminatórios contra aqueles soldados, maioritariamente "loromonu", ou provenientes dos 10 distritos mais a ocidente (Aileu, Ainaro, Bobonaro, Covalima, Díli, Ermera, Liquiça, Manatuto, Manufahi e Oecussi), que se traduzem, por exemplo, na falta de acesso a promoções.

A manifestação partirá da entrada oeste de Díli, em Taci Tolo, e os manifestantes pretendem passar à frente do Palácio do Governo, do Parlamento, do Tribunal de Recurso (que tem competências de Tribunal Supremo) e da Presidência da República.

O ministro do Interior, Rogério Lobato, já acusou "partidos políticos, embaixadas e padres" de estarem a apoiar a posição dos soldados que pretendem manifestar-se.

Rogério Lobato alertou que as fronteiras terrestre e aérea serão vigiadas, na eventualidade de se registarem incidentes relacionados com a acção de protesto e para prevenir a fuga de quem "gosta de criar problemas e depois pretende fugir do país".

À semelhança do que aconteceu em Março, embora numa escala mais pequena, algumas pessoas voltaram a refugiar-se voluntariamente nas montanhas que rodeiam Díli.

A crise saiu pela primeira vez à rua a 08 de Fevereiro, quando centenas de militares se concentraram, desarmados, junto da Presidência da República, para que Xanana Gusmão, na qualidade de Comandante Supremo das Forças Armadas, pusesse cobro aos actos de injustiça que alegam ser sujeitos nas suas unidades.

Como o abandono das unidades continuou, o brigadeiro-general Taur Matan Ruak, apoiado numa nota elaborada pela Presidência do Conselho de Ministros, considerou que aqueles militares se tinham colocado à margem da instituição, pelo que eram considerados civis a partir de 01 de Março.

**Ref. da noticia** 1164

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
Timor Leste	26-04-2006	Lusa Timor Leste	<a href="http://www.lusa.pt">www.lusa.pt</a>

**Título****Intensas negociacións perspectivam saída para a crise militar****Texto**

A crise militar em Timor-Leste poderá terminar nas próximas 24 horas, na sequência de intensas negociações envolvendo os soldados que desde segunda-feira se mantêm concentrados junto ao Palácio do Governo, disse hoje à Lusa fonte ligada ao processo.

Várias fontes contactadas pela Lusa acrescentaram que o ministro dos Negócios Estrangeiros, José Ramos Horta, e o deputado Leandro Isaac protagonizaram o aproximar de posições, através de reuniões com representantes dos cerca de 600 soldados, que segunda-feira iniciaram uma manifestação-concentração de cinco dias, e com titulares de órgãos de soberania.

A resolução do impasse, suscitado pela determinação dos soldados em se manterem concentrados até sexta-feira, para obrigar os órgãos de soberania a responderem às suas exigências, deverá ser divulgada publicamente após o habitual encontro das quintas-feiras entre o presidente Xanana Gusmão e o primeiro-ministro Mari Alkatiri.

A fonte contactada pela Lusa acrescentou que nessa ocasião o governo deverá distribuir à imprensa um comunicado dando conta da resolução da crise militar.

Os soldados vão dar também, do seu lado, conhecimento público do acordo alcançado, que inclui o fim da manifestação.

O acordo prevê a constituição de duas comissões.

A primeira integrará representantes da Presidência da República, Parlamento, Governo e Tribunal de Recurso (que tem funções de Tribunal Supremo) e tem como finalidade avaliar a justiça das queixas dos soldados.

A segunda comissão vai avaliar e apresentar soluções para os constrangimentos que actualmente se colocam às Forças de Defesa de Timor-Leste.

O protesto dos soldados assenta em alegadas práticas discriminatórias nas unidades, por serem maioritariamente "loromonu", ou provenientes dos 10 distritos mais ocidentais de Timor-Leste (Aileu, Ainaro, Bobonaro, Covalima, Díli, Ermera, Liquiça, Manatuto, Manufahi e Oecussi).

Os restantes três distritos, Lautém, Viqueque e Baucau, são designados por "lorosae".

A manifestação tem decorrido sem incidentes de maior, com o dispositivo de segurança montado pela Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL) a garantir a manutenção da lei e ordem públicas.

No primeiro dia a polícia deteve cinco indivíduos que tentaram protagonizar actos de provocação à manifestação, mas que não tiveram efeitos na continuação do protesto e que foram rapidamente sanados.

**Ref. da noticia****1184**

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
Timor Leste	28-04-2006	Lusa Timor Leste	<a href="http://www.lusa.pt">www.lusa.pt</a>

**Título****Confrontos em Díli deixam um polícia ferido, carros incendiados****Texto**

Um polícia que fazia a segurança do Palácio do Governo em Díli ficou hoje ferido nos confrontos com militares contestatários que se manifestaram hoje na capital timorense, disse à Lusa uma fonte do gabinete do primeiro-ministro Mari Alkatiri.

Os militares contestam alegadas discriminações de natureza étnica no seio das forças armadas timorenses e na segunda-feira tinham dado um prazo de cinco dias ao Governo de Díli para que desse uma solução à crise.

Os incidentes que se verificaram hoje junto ao Palácio do Governo causaram ainda estragos materiais, sendo que os mais visíveis foram no próprio edifício - que ficou com muitas janelas partidas - e em três viaturas, que foram incendiadas, constatou a agência Lusa ao percorrer a cidade.

Os incidentes que ocorreram hoje ao princípio da tarde em Díli (início da manhã em Lisboa), e durante os quais foram disparados tiros, surgem na sequência das manifestações que se sucedem desde segunda-feira.

Testemunhos populares referem que o mercado Taibessi foi também na tarde de hoje palco de incidentes, à semelhança dos descatos ali registados na quarta e na quinta-feira.

Fonte da embaixada de Portugal e o coordenador da Fundação das Universidades Portuguesas disseram à Lusa que nenhum cidadão português foi apanhado nestes incidentes.

Os incidentes coincidiram com o final de um encontro de empresários no principal hotel da capital de Timor-leste, onde estava previsto um almoço com a participação do Presidente da República, Xanana Gusmão, e do primeiro-ministro, Mari Alkatiri, além de outros membros do governo.

Cerca das 13:30 locais (05:30 em Lisboa), uma viatura da Polícia passou junto ao hotel e informou, através de um megafone, que os manifestantes tinham "atacado" o Palácio do Governo, sem dar mais pormenores.

Xanana Gusmão e Mari Alkatiri foram rapidamente retirados do local, enquanto se ouviam disparos na rua.

Populares que testemunharam os confrontos no local da manifestação declararam à Lusa que os manifestantes furaram as barreiras policiais nessa zona da cidade, a cerca de 100 metros do Palácio do Governo.

Os polícias, indicaram à Lusa os mesmos populares, recuaram perante os militares contestatários.

O gabinete do primeiro-ministro tinha distribuído hoje uma nota em que afirmava que a partir de agora a manifestação dos militares era ilegal "à luz do direito em vigor em Timor-leste".

"O governo, em coordenação com os outros órgãos de soberania, vai pois afirmar a autoridade do estado de direito democrático. Não lhe resta outra solução para repor a legalidade e o respeito pelas instituições e pela ordem pública", assinala a nota.

Díli estava cerca das 14:00 (6:00 em Lisboa) sem comunicações móveis (telemóveis), estando a funcionar apenas os telefones fixos.

Un servizo ofrecido polo  
Observatorio Galego da Lusofonía (Ogalus)



<http://www.igadi.org/ogalus>

Coordenado por Ângelo Gonçalves Vicente

agoncalves@igadi.org

Telf.: (34) 986 35 72 38

Fax: (34) 986 35 72 38

O Ogalus é unha iniciativa do Instituto Galego de  
Análise e Documentación Internacional (Igadi)



<http://www.igadi.org>